



ATA n.º 031/2014

Às dezoito horas do dia vinte e oito de julho do ano dois mil e quatorze, reuniu-se a Câmara Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, para a realização da vigésima quarta sessão ordinária. Verificada a ausência dos vereadores João Artur e Kleverson Perussolo o Presidente deu início ao **EXPEDIENTE** com a leitura e discussão das atas da Sessão Extraordinária do dia primeiro de julho, aprovada sem ressalvas, e da Sessão Ordinária do dia 21 de julho aprovada com pedido de correção feito pelo Vereador Sidnei em sua fala na Tribuna onde ficou relatado a construção de “seis quilômetros de asfalto” e o que falou foi que seriam de “calçamento em pedras irregulares”. Em seguida constou a leitura do Projeto de Lei n.º 019/2014 do Vereador Osvaldir Pereira propondo a declaração de utilidade pública para a Associação de Reposição Florestal Martinense, encaminhado para análise das Comissões Permanentes e da Indicação de Serviço n.º 011/2014 da Vereadora Rita Taborda solicitando a criação de programa de atividades físicas voltadas para a terceira idade, encaminhadas para votação na Ordem do Dia. Antes de iniciar o uso da Tribuna, em atendimento ao Requerimento feito pela Senhora Angela Maria da Cruz Cardoso Macarroni que solicitou o uso da Tribuna para falar em nome dos comerciantes do município, o Presidente solicitou a leitura do Requerimento e do despacho que concedeu o uso da Tribuna na sessão desse dia. Na forma regimental o Presidente convidou a senhora Ângela Macarroni para que fizesse uso da Tribuna por dez minutos prorrogáveis por igual período, e explicou a mesma que ao final de sua fala poderia ser interpelada pelos vereadores que tivessem interesse. A oradora agradeceu a Casa pelo espaço cedido e fez a leitura de um documento elaborado pela Associação Comercial e demais interessados o qual solicitava a readequação do Código Tributário para inibir a realização de feiras como a “Feira de Fabricantes do Brás” que ocorreu no final de semana para que eventos como esse não venham a comprometer o desenvolvimento e a economia local. Após a leitura do documento apenas o Vereador Laureci se pronunciou explicando a informação que teve do executivo em relação ao evento e questionado pelo presidente falou que foram representantes dos feirantes que procuraram o município para a realização da feira. Já no uso da **TRIBUNA** o Vereador **SIDNEI LOPES** comentou que esteve em uma reunião na sexta feira com o pessoal do comércio e entrou em contato com o Departamento de Tributação para saber como foi feita a cobrança para essa feira. Falou que o Código Tributário Municipal, Lei n.º 420/2007, já se encontra defasado e inclusive já sofreu algumas correções explicando que quando era chefe do setor de Tributação solicitou ao então prefeito Junior Benato que fizesse algumas alterações ou um novo Código, pois aquele havia sido copiado de outro município e não tem nada a ver com a realidade de Inácio Martins, foi elaborado por uma empresa de outra cidade que praticamente copiou a lei daquele município e lembrou que para modificar um código tributário é preciso contratar um tributarista. Comentou que ao passar pela manhã no local onde foi realizada a Feira pode ver o que sobrou para o município que era somente lixo jogado no chão e questionou quem iria limpar aquele local, se é quem locou o salão o responsável pela limpeza ou se é a



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

120

prefeitura quem vai arcar com essas despesas. Criticou os feirantes dizendo que pode ver no restaurante que mesmo o proprietário cobrando preços baixos pela alimentação ainda pechinchavam para deixarem mais barato e não chegaram a gastar cinco mil reais na cidade, pois não pretendiam gastar o dinheiro que aqui arrecadaram. Disse que ligaram na Receita Estadual e foram informados de que o ICMS havia sido recolhido de forma antecipada, mas não há como recolher ICMS antecipado sobre produtos importados e um vendedor ambulante precisa ter um bloco de notas para fornecer a nota fiscal ao consumidor final, de qualquer produto que vende nas ruas, mas produtos importados como produtos do Paraguai não tem como darem entrada e nem como fornecerem nota fiscal, por isso gostaria de saber como conseguiram recolher o ICMS antecipado, pois foi verificar e viu que a feira tinha só produtos importados, com preços super baratos, mas não pagaram nenhum centavo de imposto desses produtos e se pagaram foi no estado de São Paulo de onde saíram e não no Paraná. Explicou que uma empresa de eventos locou esse espaço e alugou as barracas para os feirantes por um valor bem maior do que pagou e assim quem ganhou com isso foi essa empresa e os feirantes, sendo uma situação complicada e o que sobrou para o município foi apenas um monte de lixo espalhado ao redor do local. Disse que com isso o Secretário da Indústria e Comércio já fez alguma coisa pelo povo e quer ver se vai cumprir com o que diz a Lei Orgânica conforme foi lido no documento da Associação Comercial, que é dar o incentivo aos empresários e micro empreendedores por isso gostaria que o secretário se pronunciasse assim que pudesse. Cobrou do Presidente o relatório dos vereadores responsáveis pela fiscalização das secretarias, pois existem denúncias por escrito e acredita que as mesmas foram arquivadas, querendo saber o porquê de isso estar parado. Para encerrar registrou e agradeceu um convite recebido da Companhia da Polícia Militar de Irati para participar de um Torneio de Tiros em comemoração ao aniversário de cento e sessenta anos da Polícia Militar do Paraná, a ser comemorado no dia dois de agosto. O Vereador **VALDIR CABRAL** também falou aos comerciantes dizendo que uma pequena parcela foi beneficiada no momento, mas a grande maioria ficará prejudicada por muito tempo, pois como comerciante e empresário sabe que o dia a dia está difícil e às vezes os comerciantes mantêm um funcionário mais por uma questão pessoal e humana do que pela necessidade e sabe que agora virão mais dificuldades aos empresários, não apenas pelo lixo no local que durante a tarde já estava sendo recolhido, mas por saberem que muita gente reuniu os últimos recursos que tinham para gastar nessa feira e ainda ouviu das pessoas que irão pagar as contas no comércio local apenas com o décimo terceiro salário e o que tinham no momento gastaram tudo em roupas mais baratas nessa feira. Disse que nem participou do evento, pois achou chato a realização do mesmo, que é municipalista e valoriza muito o comércio local e as empresas da região, não é contra essas pessoas virem, pois também têm seus direitos, mas também deveriam ter trazido alguma contribuição ao município, pois sabe que o prejuízo será grande além do impacto econômico e social, pois deve gerar falta de dinheiro e desemprego no município, depois vem a violência e a insatisfação, já podem ver muito comércio sendo colocado a venda e agora



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

[Handwritten signature]
121

podem ver mais insatisfação. Disse que junto com o executivo devem rever a legislação para evitar que fatos como esse não aumente ainda mais o prejuízo dos comerciantes. Ainda falou aos presentes como membro da rádio local explicando a forma de funcionamento da mesma por tratar-se de uma emissora comunitária concordando com as reclamações procedidas em relação a emissora, e pediu para que reconsiderem a situação e ajudem a rádio para que o município não venha a perder esse meio de comunicação, pois precisa do apoio do comércio local. A Vereadora **RITA TABORDA** disse que foi com surpresa que recebeu um telefonema na semana passada questionando porque havia chamado a empresa para fazer esse evento e nem sabia que teria esse evento, explicando que não chamou ninguém e as pessoas têm o direito de ir e vir, pois há uma democracia no país, e para sanar a dúvida procurou saber na prefeitura se estava tudo dentro da legalidade e lhe falaram que havia sido feita uma reunião na sexta feira às onze horas da manhã com alguns comerciantes e não conseguiram achar o que fosse contra a realização dessa feira, falando isso para esclarecer que não chamou ninguém e nem conhecia a empresa que realizou o evento. Quanto a questão do Saloon Eventos falou ser uma casa que alugam para eventos, que não é sua e sim de seu irmão Eder e está a disposição da comunidade para a realização de festas e eventos e quanto a sujeira que ficou no local disse que é obrigação dos responsáveis pelo Sallon Eventos fazer a limpeza assim como quando acontecia a Festa do Pinhão no parque de rodeios era a prefeitura quem fazia a limpeza. Encerrou dizendo que falou isso para esclarecer que não tinha nada a ver com o evento, mas se estava dentro da legalidade também não podia ter feito nada. O Vereador **JORGE** parabenizou a atitude do comércio martinense que vieram até a casa buscar uma resposta pelo que vêm sofrendo há tempo. Falou que ficou sabendo da feira quando já estava em andamento e não acha justo que uma feira venha até o município buscar o pequeno recurso, pois os empresários municipais estão gerando empregos, trazendo benefícios para o município, por isso concorda que isso deve ser revisto questionando se o Secretário de Indústria e Comércio procurou os lojistas propondo promoverem uma feira do comércio local acreditando que nunca teve essa atitude por isso não pode concordar que isso continue acontecendo, é um descaso e a Secretaria Municipal deve propor alguma ação para apoiar o comércio local, pois está lá para procurar o desenvolvimento através de projetos e melhorias. Colocou-se a disposição dos comerciantes para o que for preciso mudar. O Vereador **GILNELSON** também se mostrou solidário ao comércio dizendo que o município ainda não tinha passado por isso e assim nasce uma nova expectativa em cima de um problema que ainda não conheciam, pois não tem lembrança de ter acontecido um evento dessa natureza aqui em Inácio Martins, mas isso traz a tona mais um problema do município, que têm muitos a serem solucionados. Sobre o Código Tributário concordou que quando foi feito foi mal elaborado por tratar de assuntos que são de extrema importância para o desenvolvimento e que em sua extensão, por ser uma lei muito grande, esqueceu-se na oportunidade ou ainda não se tinha vivenciado uma situação como essa, e aí acha muito correto o comércio se manifestar e trazer até a Casa essa discussão, pois o fato trouxe um desconforto e até mesmo um



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

prejuízo para o comércio. Disse ter sido muito válida a participação e que o processo democrático que vivemos hoje no Brasil possibilita essa troca de idéias e essa manifestação tinha o objetivo único de melhorar as coisas, e assim viu que o Código Tributário precisa realmente de uma reforma urgente para dar um novo rumo nessa lei e a presença dos comerciantes além de enobrecer a casa com a visita ilustre lhes dá a possibilidade de discutirem essa lei. Parabenizou os comerciantes pela atitude de terem vindo até a casa e se manifestar de forma legítima o que considerou muito importante não só para a Câmara, mas para o município para que isso não mais ocorra. Divulgou aos presentes o Portal da Transparência do município que está disponível para atendimento à Lei de Acesso a Informação, com todas as informações de todos os municípios. Ao final de sua fala a Vereadora Rita perguntou se acontecer de alguém tentar promover outro evento como esse pode ser proibido pelo município e nesse momento o comerciante Senhor Luis Macarroni apresentou aos pares uma lei específica do município de Irati que inibe a realização desses eventos. O Vereador **OSVALDIR** disse que o momento é importante para todos, pois despertou na comunidade algumas questões que estavam adormecidas, vê a preocupação dos lojistas primeiro com a situação econômica do município, pois o município está numa situação economicamente frágil, há pouca geração de empregos, poucas pessoas que tem dinheiro, então vê isso com preocupação porque não tem como gerar empregos, mas a discussão da geração de empregos no município também passa pelo comércio. Disse que pela manhã reunidos com o pessoal do interior representantes das associações rurais falavam que é preciso urgentemente que o município faça alguma coisa na linha de geração de empregos para a sociedade. Explicou que estão trabalhando com o Programa Minha Casa Minha Vida no interior do município e foram visitadas durante o mês de julho provavelmente quatrocentas propriedades rurais onde encontravam nessas propriedades somente um casal de pessoas já idosas, aposentados, as vezes com um neto porque os filhos e filhas não estão mais morando no município e estão empregados fora, e cobrou da administração municipal o que esta na propaganda do prefeito sendo a geração de empregos como prioridade para o município, mas a geração de empregos para pessoas do município e não pessoas de fora. Falou que é oportuna a discussão da alteração do Código Tributário para tentar inibir que eventos como esses aconteçam, mas devem pensar em se organizar para outras situações, pois existem outras leis que devem ser modificadas, citando o exemplo da lei do município de Irati que foi apresentada e que pode ser adaptada à realidade local para que possa melhorar as condições do povo. Falou sobre o Ato n.º 03 que dividiu tarefas dentro dos setores da administração para facilitar o trabalho dos vereadores e explicou sua forma de funcionamento e assim propôs criarem uma comissão entre os vereadores e representantes da Associação Comercial sugerindo o Vereador Sidnei pelo conhecimento que tem no setor, para que possam começar a estudar as possíveis modificações no Código Tributário e apontar nessa lei quais os artigos defasados e que precisam ser mudados e depois encaminhar ao prefeito o que precisa ser modificado. Parabenizou os comerciantes pela presença e deixou a casa a disposição para buscarem



melhorias e evitar que futuros atos como esse voltem a acontecer no município. Na **ORDEM DO DIA** constou para votação em primeiro turno os projetos de leis do executivo de números 051/2014 – Altera o PPA e a LDO de 2014 e abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 83.028,56 (oitenta e três mil, vinte e oito reais e cinquenta e seis centavos), para convênio com o Ministério da Educação – FNDE; n.º 052 - Altera o PPA e a LDO de 2014 e abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais), recursos do governo do estado através da Secretaria de Promoção Social, Habitação e Cidadania para pagamento de aluguel social; n.º 053 – Altera o PPA e a LDO de 2014 e abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 33.200,00 (trinta e três mil e duzentos reais) recursos do governo do estado através da Secretaria de Promoção Social, Habitação e Cidadania destinados a construção, ampliação ou reformas de pontes e n.º 054 – Autoriza o executivo a ceder espaço físico para edificação do prédio da Câmara de Vereadores. Todos os projetos foram aprovados em primeiro turno com todos os votos favoráveis tendo recebido apenas comentários técnicos durante as discussões. Do Legislativo constaram para votação também em primeiro turno os projetos de números 006 – Cria o Dia Nacional da Marcha Para Jesus e n.º 017 – Estabelece o agendamento telefônico de consultas para pacientes idosos, com necessidades especiais e outros especificados na lei, ambos de proposição do Vereador Jorge Ferreira de Almeida, e n.º 018 – Denomina via pública de Rua Mário Stroparo, de proposição do Vereador Osvaldir Pereira, aprovados com todos os votos. Encerrando as votações constou a aprovação da Indicação de Serviço da Vereadora Rita Taborda propondo a criação de programa de atividades físicas voltadas para a terceira idade, à qual o presidente determinou o envio para providencias do executivo municipal. Na **EXPLICAÇÃO PESSOAL** o Vereador **LAURCECI** somente parabenizou os comerciantes pela bela atitude que tiveram de se manifestar e disse que esse momento requer o surgimento de idéias novas para que essas coisas que aconteceram não volte a acontecer no município, e se voltar a acontecer que o impacto não seja tão grande como foi. A Vereadora **RITA TABORDA** também falou que a presença dos comerciantes foi muito importante e concordou com as alterações necessárias no Código Tributário e espera que com as idéias dos presentes mais o executivo e o legislativo cheguem a um resultado bom para todos. Deixou também a sugestão para que aconteça uma feira dos comerciantes locais. O Vereador **JORGE** apenas reforçou a importância da organização dos comerciantes e reforçou a sugestão da realização de um feirão do comercio local que poderá beneficiar a população e o próprio comércio e também seria muito bom para o município. O Vereador **SIDNEI** lembrou a fala na Tribuna na sessão anterior sobre o Deputado Bernardo Carli e disse que foi questionado por alguns seguidores do deputado ao dizer que estava mentindo mas continua dizendo que é mentira o que estava escrito em um panfleto até que lhe prove o contrário, aí então irá até a Tribuna para se redimir. O Vereador **GILNELSON** disse ficar muito feliz em ver a mobilização pois o processo democrático precisa dessa mobilização, o Brasil possui uma democracia muito jovem com pouco mais de vinte anos então fica feliz em ver que as pessoas ao verem que alguma coisa não está saindo da maneira como gostariam se mobilizam de



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

forma democrática e legítima, e isso faz parte do processo. Repassou aos presentes a informação de que a Lei Orgânica prevê que com cinco por cento de assinaturas dos eleitores do município pode ser proposta a criação de uma lei a partir da vontade popular. Reforçou a importância do cidadão conhecer os números do município que estão disponíveis no Portal da Transparência para evitar comentários que existem e não são reais pois lá está tudo o que acontece na administração municipal. O Vereador **OSVALDIR** comentou rapidamente a lei de Irati entregue pelo Senhor Luis Macarroni dizendo que uma lei como essa, independente das alterações no Código Tributário é mais fácil de ser trabalhada em curto espaço de tempo, pode ser adaptada e em pouco tempo terá uma lei que inviabilizará o acontecimento desse tipo de evento. Deixou mais uma vez a casa a disposição e convidou a participarem mais vezes das sessões, e também divulgou o site da Câmara onde além de todas as informações do Portal da Transparência também todas as atas das sessões ficam na íntegra a disposição dos visitantes. Nada mais havendo a ser tratado foi encerrada a sessão e convocada nova sessão ordinária para o dia quatro de agosto no horário regimental, ficando lavrada a presente Ata que após lida e achada de conformidade segue assinada pelos vereadores presentes.